

Nota pública sobre a audiência pública no Senado Federal sobre cigarros eletrônicos

Setembro/2023

O cigarro eletrônico foi foco de debate em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal nesta quinta (28). A sessão foi sugerida pela senadora Soraya Tronicke (PODEMOS/MS) com apoio dos senadores Paulo Paim (PT/RS), Eduardo Girão (Novo/CE), Mara Gabrilli (PSD/SP), Dr. Hiran (PP/RR) e Damares (Republicanos/DF). O título da audiência pública foi: **“O comércio de cigarros eletrônicos no Brasil e o risco ocasionado pela falta de regulamentação”**.

Cabe uma consideração inicial no que se refere à proposta da Senadora Soraya, pois ao mencionar que no Brasil não haveria regulamentação dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), a senadora desconsidera a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC nº 46/2009, que regula o tema, ao proibir a comercialização, propaganda e importação dos DEF.

Tendo em vista a dimensão do debate, a comissão recebeu 30 sugestões de nomes para participar da audiência pública, sendo representantes do executivo como Ministério da Saúde, Anvisa, Receita Federal, especialistas, representantes da sociedade civil organizada e do setor regulado. Por considerar uma lista muito extensa de participantes, a comissão definiu a realização do debate em partes: uma primeira mesa no dia 28 no período da manhã e outra no período da tarde, e posteriormente a presidência da comissão definiria as datas das audiências seguintes para garantir a participação de todos os nomes sugeridos em requerimentos pelos senadores.

Importante destacar que a presidência da Comissão e a senadora Soraya, no processo de definição das mesas, não consideraram todas as indicações aprovadas em requerimento feitos por outros senadores para convidar nomes relevantes da comunidade nacional e internacional, especialistas, pesquisadores e representantes da sociedade civil. Em consequência, a composição das mesas de debate do dia 28 foi desigual e contou com um número maior de representantes em defesa da liberação de venda dos DEF do que de defensores da saúde pública e da RDC/Anvisa nº 46/2009.

O debate é sempre salutar, mas dado os fortes interesses envolvidos na temática, é importante garantir um debate democrático e equilibrado, não limitando a participação de convidados que tiveram seus nomes aprovados pela Comissão e que trariam evidências relevantes para o debate. Vale destacar que neste contexto a declaração de conflito de interesses é fundamental para a transparência, seja por parte de quem mantém vínculo com o setor regulado, ou apresenta estudos e análises por ele financiado, sob risco de que os ouvintes não estejam alertados sobre o fato.

Um outro agravante que ocorreu durante a audiência pública no período da manhã se deu por meio da ação da parlamentar que presidiu a audiência ao cercear a participação da Sra. Glória Latuf, gerente-substituta da ANVISA, que foi indicada pelo Sr. Barra Torres Diretor-Presidente, para representar a agência na audiência.

A senadora alegou que a participação da Anvisa poderia comprometer o processo de revisão da RDC nº 46/2009, iniciada em 2018 pela Agência, por considerar que a fala da Anvisa na audiência poderia emitir juízo de valores e pré-jugar. No entanto, o nome da servidora da Anvisa já estava confirmado na agenda da audiência pública há dias, por indicação de seu Diretor Presidente, que respondeu ao convite da própria senadora Soraya. Esta ação de impedir a manifestação da Anvisa foi corretamente questionada por outros senadores, por considerarem que a participação da assessora técnica era importante para se entender o processo regulatório em andamento, tendo em vista que a Agência tornou público um relatório de [Análise de Impacto Regulatório](#) sobre o tema em julho de 2022, aprovado por unanimidade por seus diretores.

Diante das indagações, a senadora se comprometeu a rediscutir a questão no intervalo das mesas de debate, com a possibilidade de participação da representante da Anvisa na parte da tarde.

No entanto, a audiência pública do período da tarde foi CANCELADA, a pedido da senadora Soraya Tronicke, sem justificativa pública. Lamentamos o ocorrido e esperamos contar com novas oportunidades de debate, balanceado e com participação da Anvisa, no Senado Federal do Brasil.

A ACT Promoção da Saúde, que participou da audiência na parte da manhã, prima pelo debate público com base em evidências científicas sobre o tema em questão, respeitando processos e regimentos do Senado, garantindo a participação democrática. A ACT seguirá acompanhando o debate e demandando junto aos senadores e senadoras a participação ampla da sociedade civil organizada e de pesquisadores que priorizem a saúde pública frente a interesses comerciais e corporativos.

Clique [aqui](#) para assistir a Audiência Pública.
